



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

Anexo I

Termo de Referência

(Processo Administrativo nº 06.27.0042/2024)

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Registro de preços para aquisição de pneus, câmara de ar e diversos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Pneu 215/75 AR. 17 novo não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	8
2	Pneu 245/70 AR. 16 novo não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	80
3	Pneu 245/75 AR. 16 novo não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	60
4	Pneu 175/70 R13, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	48
5	Pneu 175/70 R14, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA PRINCIPAL)	UND	200
6	Pneu 175/70 R14, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA RESERVADA DO LOTE 05, LEI 123/06)	UND	94
7	Pneu 175/65 R14, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	80
8	Pneu 185/60 R15, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	20
9	Pneu 185/65 R15, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	128
10	Pneu 185/70 R14, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	38
11	Pneu 195/60 R15, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	10
12	Pneu 195/75 R16, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as	UND	18



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)		
13	Pneu 205/60 R15, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	40
14	Pneu 205/70 R15, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	14
15	Pneu 215/75 AR. 17,5 novo não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	49
16	Pneu 245/70 AR. 16 novo não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	12
17	Pneu 245/75 AR. 16 novo não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	50
18	Pneu 750/16, liso, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	59
19	Pneu 750/16, com no mínimo 12 lonas, borrachudo, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	65
20	Pneu 17,5-25, com no mínimo 12 lonas, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA PRINCIPAL)	UND	30
21	Pneu 17,5-25, com no mínimo 12 lonas, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA RESERVADA O LOTE 20, LEI 123/06)	UND	10
22	Pneu 12,5/80-18, 12 lonas, dianteiro, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	10
23	Pneu 225/70 R16 Direcional novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA PINCIPAL)	UND	120
24	Pneu 225/70 R16 Direcional novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA RESERVADA DO LOTE 23, LEI 123/06)	UND	58
25	Pneu 225/75 R16 Direcional novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	12
26	Pneu 225/55 R18 Direcional novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	40



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

27	Pneu 235/75 . R. 17,5, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA PRINCIPAL)	UND	48
28	Pneu 235/75 . R. 17,5, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA RESERVADA DO LOTE 27, LEI 123/06)	UND	16
29	Pneu 245/75 . R. 16, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	10
30	Pneu 275/80 R22,5 direcional novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA PRINCIPAL)	UND	90
31	Pneu 275/80 R22,5 direcional novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA RESERVADA DO LOTE 30, LEI 123/06)	UND	30
32	Pneu 1000X20, novo, direcional, com no mínimo 16 lonas, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA PRINCIPAL)	UND	140
33	Pneu 1000X20, novo, direcional, com no mínimo 16 lonas, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA RESERVADA DO LOTE 32, LEI 123/06)	UND	40
34	Pneu 1000X20, novo, borrachudo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA PRINCIPAL)	UND	120
35	Pneu 1000X20, novo, borrachudo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA RESERVADA DO LOTE 35, LEI 123/06)	UND	30
36	Pneu trazeiro moto 90/90 - 18, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	10
37	Pneu dianteiro moto 90/90 - 19, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	30
38	Pneu trazeiro moto 110/90 - 17, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. PNEU COM FABRICAÇÃO NACIONAL E GARANTIA. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	60
39	Pneu dianteiro moto 80/100 - 18, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	10
40	Pneu 14.00/24, 16 lonas, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário,	UND	25



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	atendendo as normas da ABNT. (COTA PRINCIPAL)		
41	Pneu 14.00/24, 16 lonas, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (COTA RESERVADA DO LOTE 40, LEI 123/06)	UND	5
42	PNEU DIANTEIRO PARA TRATOR 12.4-24, com no mínimo 10 lonas, certificado do INMETRO. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	20
43	PNEU TRASEIRO PARA TRATOR 18.4-30, com no mínimo 12 lonas, certificado do INMETRO. (COTA PRINCIPAL)	UND	15
44	PNEU TRASEIRO PARA TRATOR 18.4-30, com no mínimo 12 lonas, certificado do INMETRO. (COTA RESERVADA DO LOTE 43, LEI 123/06)	UND	5
45	PNEU DIANTEIRO PARA TRATOR 14.9-24, com no mínimo 12 lonas, certificado do INMETRO. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	10
46	PNEU TRASEIRO PARA TRATOR 23.1-30, com no mínimo 12 lonas, certificado do INMETRO. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	10
47	PNEU DIANTEIRO PARA TRATOR 9.5-24, com no mínimo 06 lonas, certificado do INMETRO. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	10
48	PNEU TRASEIRO PARA TRATOR 14.9-28, com no mínimo 08 lonas, certificado do INMETRO. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	10
49	Pneu trazeiro moto 90/90 - 18m/c 57p (sem câmera), novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. Destinado as motos YAMARA 150cc, ano/modelo 2022. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	42
50	Pneu dianteiro moto 2.75 - 18m/c 42p (sem câmera), novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. Destinado as motos YAMARA 150cc, ano/modelo 2022. (COTA PRINCIPAL)	UND	40
51	Pneu dianteiro moto 2.75 - 18m/c 42p (sem câmera), novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. Destinado as motos YAMARA 150cc, ano/modelo 2022. (COTA RESERVADA DO LOTE 50, LEI 123/06)	UND	8
52	camara de ar para pneu dianteiro moto 2.75 - 18m/c 42p, certificado do INMETRO. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	33
53	camara de ar para pneu trazeiro moto 90/90 - 18m/c 57p, certificado do INMETRO. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	33
54	Câmara de Ar aro 18 moto CG, certificado do INMETRO atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	30
55	Câmara de Ar aro 19 moto Bros, certificado do INMETRO atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP,	UND	60



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	LEI 123/06)		
56	Câmara de Ar aro 17 moto, certificado do INMETRO atendendo as normas da ABNT. PNEU TRASEIRO DA BROSS (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	60
57	CAMARA DE AR 12 . 4-24 (TRATOR), certificado do INMETRO. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	30
58	CAMARA DE AR 18 . 24-30 (TRATOR), certificado do INMETRO. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	10
59	CAMARA DE AR 14 . 9-24 (TRATOR), certificado do INMETRO. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	10
60	CAMARA DE AR 23 . 1-30 (TRATOR), certificado do INMETRO. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	10
61	Câmara de Ar Aro 14 certificado do INMETRO atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	30
62	CAMARA DE AR 14 . 9 -28 (TRATOR), certificado do INMETRO. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	10
63	Câmara de Ar Aro 13/14 certificado do INMETRO atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	40
64	Câmara de Ar 750-16 TR-460, pito longo certificado do INMETRO atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	89
65	Câmara de Ar 700/750-16 TR-460, pito longo certificado do INMETRO atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	89
66	Câmara de Ar Carga 1.000R20, certificado do INMETRO atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	180
67	Câmara de Ar Carga 14.00/24, certificado do INMETRO atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	30
68	Câmara de Ar Carga 17.5/25 - Pá carregadeira, certificado do INMETRO atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	40
69	Câmara de Ar Carga 12.5/80, certificado do INMETRO atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	10
70	Protetor de câmara de Ar 750/16 (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	114
71	Protetor de câmara de Ar 1000/20. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	180
72	Protetor de câmara de Ar 14.00/24 (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	30
73	Pneu dianteiro moto 90/90 - 21, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	3
74	Pneu traseiro moto 120/80 - 18, novo não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	3
75	Pneu 225/65 AR.16 novo não remanufaturado e não remoldado,	UND	12



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)		
76	Pneu 225/65 R17 Direcional novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	6
77	Roda para carroção aro 16 (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	4
78	Pneu 195/75 R15, novo, não remanufaturado e não remoldado, certificado do INMETRO, para uso rodoviário, atendendo as normas da ABNT. (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP, LEI 123/06)	UND	20

1.2. Os itens objeto do registro de preços não se enquadram como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 39/2023.

1.3. Os itens objeto do registro de preços são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação do registro de preços e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DO OBJETO A SER REGISTRADO

4.1. Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento provisório.

1.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O fornecimento será efetuado de forma **parcelada**, com prazo de entrega não superior a **05(cinco) dias**, contados a partir da solicitação.

5.2. Os bens deverão ser entregues na sede do órgão solicitante, no endereço indicado na solicitação, no horário de funcionamento do órgão.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

6.5. A fiscalização da contratação será exercida pela servidora **Luana Silva Santos, Coordenadoria de Compras Públicas, CPF nº 708.220.994-03**, designada gestora, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

6.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.6.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.7. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.8.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

6.8.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.9. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.11. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.12.

- a)** o prazo de validade;
- b)** a data da emissão;
- c)** os dados do contrato e do órgão contratante;
- d)** o período respectivo de execução do contrato;
- e)** o valor a pagar; e
- f)** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.14.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.15.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.18.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.19.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.20.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22.** Certidão negativa de falência ou insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;
- 8.23.** Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
- 8.24.** I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;
- 8.24.1.** II - Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$;
- e
- 8.24.2.** III - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.
- 8.25.** Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil que ateste a boa situação financeira do licitante, conforme o índice exigido no termo de referência.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

8.26. As empresas que apresentarem resultado inferior a 1(um) em qualquer dos índices, deverão comprovar o capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total ofertado

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.28. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Santana do Ipanema/AL.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.